



RELATÓRIO

Diligência a terras indígenas Guarani Kaiowá após assassinato de Clodiode Rodrigues Souza

15 e 16 de junho de 2016

RESUMO

Com o objetivo de verificar de perto a situação dos indígenas do sul de Mato Grosso do Sul, atacados a balas por fazendeiros terça-feira (14/06), uma comitiva da CDHM viajou em diligência à região. O grupo de três parlamentares – o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Padre João (PT-MG), o vice-presidente, Paulo Pimenta (PT-RS) e Zeca do PT (PT-MS) – conversaram com pessoas que estiveram no local do ataque e foram à área de conflito, onde foi sepultado o indígena assassinado. Manifestaram solidariedade à causa indígena e, no retorno, o presidente da CDHM pediu providências ao Ministério da Justiça e inclusão de lideranças no Programa de Defensores de Direitos Humanos.

RELATO

DIA 15/06

A Comitiva deslocou-se de Brasília a Dourados com avião disponibilizado pela Força Aérea Brasileira. No aeroporto, os parlamentares foram recebidos por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, do Sindicato dos Bancários, do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, do Coletivo de Mulheres da Faculdade Intercultural Indígena, do Comitê de Defesa Popular, da Frente Brasil Popular, da Bancada do PT na Câmara de Dourados, e também por professora da Universidade Estadual de Goiás e servidores da Fundação Nacional do Índio. Essas pessoas acompanharam todas as atividades da diligência.

Logo em seguida a comitiva visitou os feridos no Hospital da Vida, onde foi recebida pelo Diretor Genivaldo Dias da Silva, e onde dialogaram também com a Supervisora Aline Cambui Leite. Lá encontraram as vítimas, que foram baleadas, Josiel Benites (criança), Jesus de Sousa, Norivaldo Mendes, Libésio Marques Daniel e Valdinho Garcia. A criança não conseguia falar nada. As vítimas adultas, que conseguiram dizer algumas coisas, relataram como ocorreu o ataque. Como a narrativa das vítimas e das demais pessoas que foram encontradas ao longo da diligência é a mesma, será exposto em item específico o relato de como ocorreu o conflito.

Como observou o diretor do hospital e como constataram os parlamentares, nenhum tiro ocorreu em braço e perna. Todos os disparos atingiram regiões vitais (peito e abdômen). Também de acordo com Genivaldo Silva, até aquele momento (dia 15/06, às 22 horas) a polícia não tinha comparecido ao local para investigar os crimes, nem solicitado nenhuma informação. Segundo afirmou, esse é um “comportamento diferente do padrão” de quando ocorre esse tipo de delito. Depois da visita ao hospital a Comitiva reuniu-se com lideranças indígenas e antropólogos.

DIA 16/06



A comitiva deslocou-se, com veículo do Ministério Público Federal, de Dourados a Caarapó. Juntaram-se ao grupo, além dos integrantes das entidades mencionadas acima, membro da Defensoria Pública da União. A comitiva, no trecho de rodovia estadual, foi escoltada pela Polícia Rodoviária Federal.

A comitiva foi recebida na estrada por um grupo de indígenas, dentre os quais Ernesto e Valdelice Veron. A seguir, dirigiu-se, já sem a PRF, mas com as demais entidades da sociedade civil, da FUNAI e da DPU, para a Reserva Indígena Tey Kue, onde estava sendo velado o agente de saúde indígena Clodiode Rodrigues Souza, de 20 anos, da etnia Guarani e Kaiowa, assassinado dois dias antes. Lá a comitiva encontrou-se com o pai da vítima, Leonardo de Sousa, com a viúva, Jaqueline Rodrigues, 19 anos, com a filha, Laiande Rodrigues Sousa, 4 meses, com a mãe, Cristiana Rossati, com a bisavó, Cristina Rodrigues, com tias e demais parentes. Cerca de 400 indígenas velaram o corpo, em clima de protesto e consternação. Durante a cerimônia fúnebre, os parlamentares receberam documentos com reivindicações da comunidade indígena, especialmente a respeito da segurança e da demarcação das terras indígenas.

Foi apresentada a situação de lideranças específicas, ameaçadas, cujo abrigo pelo Programa de Defensores de Direitos Humanos foi pedido pelo presidente da CDHM no regresso a Brasília (Ofício nº 198/2016, de 17/06/2016):

- Sr. Alecio Soares Martins, da tekohá Te'yikue, no município de Cararapó, telefone (67) 999 113 952;
- Sr. Silvio Paulo de Jacy, da tekohá Yvu, no município de Cararapó, telefone (67) 999 198 221;
- Sr. Eliezer Benites, da tekohá Yvu, no município de Cararapó, telefone (67) 999 687 443;
- Sr. Zenildo Isnarde, da tekohá Yvu, no município de Cararapó, telefone (67) 996 813 750;
- Sr. Leonardo Sousa, da tekohá Yvu, no município de Cararapó;
- Sra. Elizabete Fernandes, professora, da Reserva Indígena Tey Kue, telefone (67) 998 346 322.

As cinco lideranças (exceção da professora) são testemunhas oculares dos crimes ocorridos no último dia 15/06, sendo que o Sr. Zenildo é tio do indígena assassinado, que o socorreu no momento em que foi baleado, e que Leonardo Sousa é pai do assassinado. Elas e indígenas das comunidades relatam que têm sido ameaçadas por sua militância em defesa dos direitos de suas comunidades. Conforme relatou Elizabete, jagunços percorrem de moto as aldeias e as vicinais, perguntando pelas lideranças.

Durante o velório na aldeia chegaram membros da Força Nacional de Segurança.

Depois a comitiva e os indígenas seguiram em cortejo até a retomada Yvu, onde ocorreu o ataque. A comitiva viu uma vala grande, de cerca de 15 por cinco metros, feita por escavadeira, onde foram enterrados os pertences dos indígenas, incluindo suas motos, painéis, bicicletas e roupas. A cerimônia fúnebre, com rezas tradicionais cantadas em Guarani, aconteceu enquanto era cavada a cova. Padre João, no momento do sepultamento, pronunciou "enterramos aqui o corpo, mas não enterramos a luta. Não vamos nos render à força dos ruralistas. Unidos seríamos maiores". Um manifesto foi entregue aos parlamentares antes da partida.

No retorno, a comitiva encontrou-se, por acaso na estrada, com o Procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, que estava coordenando operações de investigação



a respeito dos crimes. O Procurador ponderou a importância de ser constitucionalizada a indenização aos proprietários que percam o domínio em decorrência de demarcação. De acordo com a Constituição Federal (artigo 226, § 6º), é nula a propriedade particular sobre terras que venham a ser reconhecidas como tradicionalmente ocupadas pelos indígenas.

O Presidente da CDHM, no dia 17, solicitou audiência com o Ministro da Justiça para encaminhar pessoalmente as demandas dos Guarani e Kaiowá, ao mesmo tempo em que solicitou a permanência da Força Nacional de Segurança na região (Ofício nº 196/2016, de 17/06/2016).

No dia 17 o Ministério Público Federal denunciou 12 pessoas por integrarem milícia privada contra indígenas no estado.

RETOMADA

Os conflitos ocorreram em Yvu, terra indígena tradicional, assim nomeada pelos indígenas. Trata-se da área reconhecida como Dourados/Amambaieguá, cuja identificação e delimitação foi publicada no DOU de 12 de maio de 2016. A retomada ocorreu no dia 12 de junho, e fica a cerca de 20 km da cidade de Caarapó. Trata-se de um processo típico dos conflitos de terras no Mato Grosso do Sul, em que uma terra tradicional, da qual os indígenas foram retirados à força mas com a qual nunca perderam contato, é sobreposta a uma propriedade particular.

De acordo com as vítimas, quem coordenou o ataque foi um fazendeiro chamado Virgílio Mata Fogo, ao lado dos fazendeiros Camacho e Japonês. Conforme relatam, no dia 13/06 Virgílio foi, acompanhado por policiais do Departamento de Operações de Fronteira, da Polícia Militar, e da Polícia Federal, tentar convencer os indígenas a sair das terras ocupadas. Como não houve acordo, vários presentes relatam que Virgílio disse que voltaria para “resolver do meu jeito”.

No dia seguinte (14/06) cerca de 200 caminhonetes retornaram, com “pistoleiros, fazendeiros e mais o sindicato rural Famasul”, e já chegaram atirando. Segundo os indígenas, os ataques foram “sem piedade”, “não para assustar, mas para matar”, desferidos principalmente pelo fazendeiro conhecido como Virgílio. O ataque durou entre nove e 13 horas, aproximadamente.

Os fazendeiros queimaram uma oca, motos e todos os pertences indígenas, que depois enterraram uma vala grande.

Tio do indígena assassinado, Zenildo Isnarde, presenciou o momento dos tiros fatais e socorreu o sobrinho. Ele viu Virgílio atirando no rapaz, tiros que se seguiram mesmo depois de o tio já estar carregando o sobrinho no ombro. “Eles vieram atacando, empurrando. O menino já morreu dentro da aldeia”.

O indígena Valdir Gonçalvez, 14 anos, ainda está desaparecido.

De acordo com as vítimas adultas que falaram no hospital, foi Virgílio também quem desferiu os tiros nelas. A comitiva viu cartuchos espalhados pelo chão, que foram recolhidos por indígenas.

Na estrada a comitiva viu um caminhão de bombeiro e um carro da PM queimados, provavelmente em protesto pelos ataques.



OPINIÕES

A líder Valdelice Veron reforça não se tratar de confronto. “É ataque dos pistoleiros a mando dos latifundiários, somos perseguidos por sermos indígenas, mas não vamos recuar, porque essa terra é de nós, Kaiowá e Guarani”.

Padre João assegurou às vítimas: “a esperança de vocês é nossa esperança, a luta de vocês é nossa luta”. O deputado ressaltou ainda que a tarefa dos parlamentares é fazer valer a justiça. “Não há dúvida que a terra pertence a vocês, e houve de fato o início do processo de demarcação, os fazendeiros têm o direito de contestar, com documentos, não com armas”.

Paulo Pimenta lembrou que, infelizmente, as tragédias envolvendo povos indígenas têm sido corriqueiras, embora a luta indígena busque “nada mais, nada menos” que o cumprimento da Constituição, o direito à terra. “A constituição dá prazo de cinco anos [para a demarcação de terras indígenas], já se vão 30”, destacou.

O deputado também reclamou da impunidade. “Não é possível mais nem uma morte impune, se fazendeiros não concordam [com a demarcação] que vão à Justiça, e não façam massacre, essa foi uma ação criminosa, utilizaram milícia privada”, asseverou.

Já Zeca do PT disse que os defensores dos povos indígenas no Congresso têm “adversários poderosíssimos” – latifundiários, bancada ruralista, governo e parte do Judiciário. “Mas continuaremos resistindo, como vocês resistem aqui”.

APOIO

A comitiva teve apoio logístico do Ministério Público Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Acompanharam os trabalhos a Defensoria Pública da União, a Fundação Nacional do Índio e diversos movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil. A Força Nacional de Segurança, cuja determinação de atuação foi emitida pelo Ministro da Justiça no dia 15, chegou à terra indígena no momento da visita dos parlamentares.

ENCAMINHAMENTOS

Até o dia 21 de junho de 2016.

- Solicitação de que o Ministro da Justiça (Ofício nº 196/2016-P, de 17/06/2016) mantenha a Força Nacional de Segurança na região dos conflitos;

- Solicitação de audiência com o Ministro da Justiça (Ofício nº 196/2016-P, de 17/06/2016), a fim de tratar pessoalmente das demandas dos povos Guarani e Kaiowá. A assessoria do Ministro afirmou que ele estava ciente do pedido, mas não confirmou a agenda.

- Solicitação de audiência com o Diretor-Geral da Polícia Federal (Ofício nº 217/2016-P, de 21 de junho de 2016) a fim de tratar pessoalmente das demandas dos povos Guarani e Kaiowá e da denúncia de parcialidade da atuação da Polícia Federal no confronto. O pedido foi recebido mas ainda não houve retorno.



- Solicitação de audiência com o Procurador-Geral da República (Ofício nº 218/2016-P, de 21 de junho de 2016) a fim de tratar pessoalmente das demandas dos povos Guarani e Kaiowá. O pedido foi recebido mas ainda não houve retorno.

- Solicitação de inclusão dos indígenas ameaçados no Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, à Secretária Especial de Direitos Humanos Flávia Piovesan (Ofício nº 198/2016-P, de 17 de junho de 2016 e Ofício nº 209/2016-P, de 21 de junho de 2016). O pedido foi recebido mas ainda não houve retorno.

- Estudo da PEC 132/2015, que prevê indenização a proprietários de boa fé pelo valor da terra nua e das benfeitorias de áreas posteriormente declaradas como tradicionalmente ocupadas pelos indígenas.